

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

GOTAS DE UM OCEANO:

UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA FEMINISTA DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO

Lara de Paula Passos*

RESUMO

O texto discute as questões de gênero e representatividade observadas a partir de uma análise bibliométrica das disciplinas obrigatórias do curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), suas consequências e desdobramentos, apontando as assimetrias acadêmicas bem como as omissões e os apagamentos perpetuados e institucionalizados pela produção científica a partir da formação e propagação de um conhecimento hegemônico.

Palavras-chave: Academia; Antropologia e Arqueologia; Gênero e feminismo.

ABSTRACT

This paper discusses gender and representativeness issues observed in a bibliometric analysis of the compulsory class subjects in the Anthropology course of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), its consequences and developments, pointing out their academic asymmetries as well as their omissions and the perpetuated and institutionalized deletions by scientific production based on the formation and propagation of an hegemonic knowledge.

Keywords: Academy; Anthropology and Archaeology; Gender and Feminism.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901. Email: larapassos@hotmail.com

O MAR ABERTO

A Universidade pode ser entendida como um espaço duplo de produção de conhecimento e disputas políticas e simbólicas. Essas disputas ocorrem em seu cotidiano e se retroalimentam conforme as mudanças nos contextos presentes que se estendem para além dos portões da faculdade, ou das paredes dos prédios. Nelas, os cenários políticos onde os trabalhos são desenvolvidos afetam diretamente os resultados das produções, bem como a própria Academia. Edna Silva e Liliane Pinheiro (SILVA & PINHEIRO, 2008:3) apontam que “a produção do conhecimento científico é um processo coletivo e dinâmico, permeado de relações e alimentado pelas publicações científicas”, o que ratifica que a comunicação científica vai além da publicação de um trabalho, mas se estende às trocas de informações entre as pesquisadoras e pesquisadores que se fundamentam em outras pesquisas durante todo o processo de desenvolvimento de seu trabalho. A universidade constitui-se, portanto, como um espaço engajado a priori, seja pela ação ou pela omissão, pelos usos, pelos abandonos, pelos abusos ou pelos silêncios perpetuados a partir das posturas tomadas por todos aqueles que o constituem.

Maria das Graças Targino (TARGINO, 2000:2) postula que:

A ciência [é] uma instituição social, dinâmica, contínua, cumulativa. Em tal perspectiva, sem pretensões históricas, infere-se que a ciência influencia há séculos a humanidade, criando e alterando convicções, modificando hábitos, gerando leis, provocando acontecimentos, ampliando de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento.

O que podemos perceber logo de cara ao adentrar este universo científico é que o discurso de protocolo é diferente da prática cotidiana. A distribuição material não é um acaso, e reflete interesses hegemônicos que mantêm a ciência como uma prática de ordem excludente. O espaço (tanto material, quanto virtual) não foi de fato pensado para esses corpos não hegemônicos que agora ocupam a Universidade e também constroem a trajetória científica nacional. A universidade, enquanto um lugar privilegiado para fortalecer o senso comum ou acabar com ele, se mostra instrumento de uma demanda já existente de pautas mais inclusivas há muito tempo e que, aos poucos, ganha força no cenário acadêmico. No entanto, o racismo, o classismo e o machismo institucionais se mantêm presentes enquanto macroestratégias de deslegitimação de setores historicamente marginalizados pela ciência (FRANCHETTO, 1981; KELLER, 1985; SCOTT, 1990; VOSS, 2000; RIBEIRO, 2013; CARNEIRO, 2005; BATTLE-BAPTISTE, 2011; HARAWAY, 1995). Faz-se necessário portanto questionar a produção científica, a legitimidade acadêmica e os espaços de fala, ou melhor dizendo, as distribuições de espaços de fala de modo hierarquizado, que determinam uma maior valorização para corpos hegemônicos bem como uma marginalização de corpos não hegemônicos, ambos perpassados pelos marcadores de raça, classe, sexualidade, gênero (LUGONES, 2014:8) e suas intersecções.

Como bem apresenta Loredana Ribeiro (RIBEIRO, 2017:2), “O processo de produção do conhecimento científico é situado, localizado numa parcialidade que maneja categorias de pensamento e exclui corpos”. A técnica científica traz consigo uma linguagem dominante que, ainda que não seja percebida, possui marcadores identitários (raça, gênero, orientação sexual, classe) disfarçados de objetividade epistêmica e neutralidade. Nela embutidos, encontram-se padrões sexistas institucionalizados que carecem de desconstrução e ressignificação, como já apontado por Donna Haraway (HARAWAY, 1995:15) ao falar da objetividade feminista como uma combinação de *localização limitada e conhecimento localizado*. Pensando nisso, optei pela abordagem

analítica de um universo menor de amostragem, que é também o meio no qual estou inserida. A UFMG serve aqui, então, como um exemplo pontual de um problema muito maior, que concerne à Academia de uma forma geral, abarcando outras universidades, outros cursos e outras áreas. É preciso, antes de tudo, identificar também onde estão os macroproblemas, ou, ao menos, alguns deles.

Edna Silva e Liliane Pinheiro (SILVA & PINHEIRO, 2008:3) afirmam que a literatura científica “possibilita aos pesquisadores compartilharem informações sobre pesquisas desenvolvidas e sobre os resultados obtidos pelos pares, proporcionando a interação e dando-lhes credibilidade, reconhecimento e prestígio no campo científico”. É necessário, desse modo, muita atenção para quais perpetuações são feitas a partir das práticas atuais da ciência, que é usada como base da norma culta e do conhecimento e suas condicionantes que subordinam todos os demais conhecimentos a um conhecimento hegemônico. Há que se reconhecer, assim, a influência da relação metodológica com o mundo.

Enquanto pesquisadoras e pesquisadores, já somos representantes de um pensamento hegemônico. Cabe a nós, tão dentro do sistema, tentar, ao máximo, fazer com que os pontos saiam da curva, transbordem. Para tal, é necessário pensar em quem se beneficia na relação das pesquisas feitas. A colonialidade do poder e do saber, pensada aqui nos termos de Maria Lugones (LUGONES, 2014:7), como esse processo de redução ativa das pessoas e sua sujeitificação dentro da modernidade capitalista, se apresenta mesmo nas disciplinas que, *a priori*, se intitulam como engajadas, apresentando assimetrias geracionais que levam à subordinação de alguns saberes a outros. Luciana Ballestrin (2013, p.12) ressalta também como essa colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser, passando pelos controles de economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero e sexualidade e da subjetividade do conhecimento. É possível identificar, a partir disso, esse viés colonial ainda muito presente na ciência que produzimos, mesmo que, enquanto discurso, tentemos desassociar esses fatores do produto final. Meu objetivo é começar a apontar as abstenções e violências ocultas, intrínsecas na nossa disposição de conhecimento e agenciadoras dos discursos, e tentar, a partir disso, contornar a dependência da linguagem academicista, usar a academia para protestar acerca da existência da própria lógica acadêmica, e propor outro(s) olhar(es) para os discursos diversos na faculdade, começando pelo estudo de caso do curso de Antropologia da UFMG.

Contemporâneas a eclosão dos primeiros movimentos feministas da primeira metade do século XIX e com os estudos de gênero iniciados na década de 1960, surgem dentro da arqueologia e da antropologia visando a recente demanda (pós-processual ou interpretativa) de incorporação de novos sujeitos na arqueologia¹. Uma das preocupações dos estudos de gênero na arqueologia consiste em evitar as vinculações entre um determinado vestígio cultural e um único sexo-gênero. Interpretações dessa natureza podem ser observadas ao longo de toda a história da disciplina, como, por exemplo, a recorrente associação entre pontas de projétil e homens bem como entre

¹ Dentro do campo de estudo da Arqueologia de Gênero, existia, no início dos estudos, uma distinção clara entre sexo e gênero. O Sexo, feminino ou masculino, era tido como biologicamente determinado e representado pelos remanescentes ósseos humanos. Já o Gênero, homem ou mulher, era visto como uma construção social, pois envolve o desempenho de papéis sociais, na maioria das vezes relacionada ao sexo dos indivíduos no sistema social. (ORTNER, 1979). Essa divisão, no entanto, não abarca o conceito aqui abordado como gênero, uma vez que é possível compreender ambas as coisas (sexo e gênero) como perpassadas pelas construções sociais dos indivíduos e das coletividades. É interessante também observar como essa antiga divisão termina também por hierarquizar as pesquisas entre aquelas mais objetivas (que lidam com dados biológicos, conceituados, em tese generalizáveis e generalizantes) e aquelas menos objetivas (que tratam das subjetividades culturais).

cerâmica e mulheres. Essas sugestões emergem do discurso quando arqueólogos empregam um conjunto de pressupostos estereotipados sobre gênero, levando ao que Margaret Conkey e Janet Spector (CONKEY & SPECTOR, 1984:28) afirmaram ser o *paradigma de gênero* na arqueologia. Ainda que haja especificidades das faces do machismo e do masculinismo nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico, é importante não perder de vista os denominadores comuns que permeiam as diferentes críticas feministas, como aponta Bruna Franchetto (FRANCHETTO, 1981:16).

Embora seja possível falar em diversos feminismos e grupos de mulheres que atuam politicamente sob esse nome, há entre eles um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homem e mulher, negando o social como naturalmente dado.

Tendo em vista essas questões, fiz uma análise bibliométrica² da grade curricular obrigatória do curso de Antropologia, ministrado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a fim de observar aspectos que tangem às questões de gênero nesta graduação.

NAVEGANDO EM ÁGUAS CONHECIDAS

O curso de Antropologia da UFMG foi aberto em 2009 a partir de uma demanda do REUNI³, programa do Governo Federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. No primeiro semestre letivo de cada ano, são abertas 40 vagas no período noturno. O curso está previsto para ser concluído em, no mínimo, 7 semestres e, no máximo, 14 semestres. As e os estudantes deverão cumprir um total de 2400 horas de aula ou de 160 créditos ao longo desse período. De acordo com o site oficial, no curso:

Pretende-se formar profissionais qualificados para o ensino e a pesquisa acadêmica nas áreas de antropologia social ou cultural e de arqueologia, para o exercício de atividades ligadas à museologia e ao patrimônio material e imaterial, e, enfim, para a preparação e produção de laudos técnicos relativos, entre outros, ao campo das populações tradicionais e seus territórios, dos direitos humanos, das populações e minorias em situação de risco, dos sítios e bens históricos e pré-históricos em situação de risco face aos projetos de desenvolvimento⁴.

O curso possui, ao total, 23 matérias obrigatórias, divididas entre as duas habilitações ofertadas: Antropologia Social e Arqueologia. É possível observar a instrumentalização teórica manejada através das ementas e indicações bibliográficas das disciplinas que compõem a grade curricular mínima obrigatória.

PASSANDO PELO CONTA-GOTAS: POR QUE UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA? JUSTIFICATIVA E AMOSTRAGEM

A escolha do objeto de estudo deste artigo deve-se ao fato de que uma análise bibliométrica (CAFÉ & BRASCHER, 2008; VANTI, 2002) das obras apresentadas aos alunos do curso de Antropologia da UFMG como sendo obrigatórias - ou seja, necessárias para a formação dos estudantes enquanto antropólogas e antropólogos sociais e arqueólogas e arqueólogos - pode proporcionar um estudo de caso referencial

² Análise feita a partir das ementas disciplinares dos anos de 2016 e 2017.

³ <http://www.reuni.ufscar.br/o-que-e-reuni> acesso em 29/08/2017.

⁴ <https://colgrad.ufmg.br/antropologia/antropologia/Home/O-Curso>. Acesso em 29/08/2017.

para se pensar como estão sendo geridas as formações acadêmicas no que tange às questões de igualdade e equidade de gênero e representatividade bibliográfica.

A presente pesquisa é de caráter quantitativo, e o método de trabalho (este tão apreciado pelo meio científico) foi dividido em quatro etapas, a saber: (i) levantamento bibliográfico sobre técnicas de mensuração da informação e análise feminista na ciência; (ii) coleta de dados de referências bibliográficas das 23 matérias obrigatórias do curso de Antropologia da UFMG; (iii) tratamento bibliométrico dos dados com auxílio do software Microsoft Office Excel e (iv) análise dos dados obtidos. A coleta foi realizada observando-se a partir da identificação de sexo-gênero dos autores e autoras que aparecem como autoria principal dos textos em questão.

A análise dos conteúdos programáticos das 23 disciplinas obrigatórias da matriz curricular básica do curso de Antropologia (para ambas as habilitações) considerou cada uma das referências bibliográficas indicadas como leituras básicas (excluindo-se a bibliografia complementar). Foram contabilizadas apenas as autorias principais, e as obras citadas em programas diferentes foram contabilizadas duas vezes. Também foi observada a origem da produção (se nacional ou estrangeira)⁵.

Para iniciar a conversa, aponto a importância de avaliar o comportamento de determinada área, que, como descrita por Nadia Vanti (VANTI, 2000:152):

(...) permite dignificar o saber quando métodos confiáveis e sistemáticos são utilizados para mostrar à sociedade como tal saber vem-se desenvolvendo e de que forma tem contribuído para resolver os problemas que se apresentam dentro de sua área de abrangência.

Por meio dos resultados obtidos, portanto, é possível observar os vícios referenciais presentes na elaboração da grade básica do curso e elaborar estratégias para melhorar e acompanhar o progresso das disciplinas e seus efeitos na formação acadêmica das antropólogas/antropólogos e arqueólogas/arqueólogos da graduação da UFMG. Ligia Café e Marisa Bräschler (CAFÉ & BRÄSCHER, 2008:54) definem a bibliometria como um “conjunto de leis e princípios aplicados a métodos estatísticos e matemáticos que visam o mapeamento da produtividade científica de periódicos, autores e representação da informação”. Nada mais científico, então, que utilizar dos próprios meios ‘neutros’ de apresentação do conhecimento para denunciar as práticas não tão neutras que vigoram na transposição do conhecimento às novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores.

Para entender o cenário da representatividade de mulheres na ciência, no entanto, é necessário, antes, ir um pouco mais longe. As autoras Fabiane Silva e Paula Ribeiro (SILVA & RIBEIRO, 2011:3) colocam a crítica feminista à ciência como catalizadora dos questionamentos dos próprios pressupostos da ciência moderna, “virando-a do avesso ao revelar que ela não é nem nunca foi neutra do ponto de vista de gênero, classe, raça/etnia”. Elas afirmam ainda:

Instrumentada pelo conceito de gênero, a crítica feminista questiona o forte viés sexista e androcêntrico que permeia a ciência, que define o homem, branco, heterossexual, capitalista, ocidental como sujeito do conhecimento, os pressupostos epistemológicos que orientam o fazer científico, a forma como são socializados os sujeitos que buscam seguir na ciência, entre outros aspectos. Do mesmo modo que o gênero, a ciência também é uma construção social e histórica, produto e efeito de relações de poder.

⁵ A produção de estrangeiras/os institucionalizadas/os no Brasil foi considerada nacional.

É preciso entender onde estão as mulheres pesquisadoras e também os resultados de seus trabalhos, entendendo que a comunicação científica formal, como apresenta Maria das Graças Targino (TARGINO, 2000:18), “se dá por meio de diversos meios de comunicação escrita, como os livros, periódicos, obras de referências em geral, relatórios técnicos, revisões da literatura, bibliografias de bibliografias etc”.

Moema de Castro Guedes (CASTRO GUEDES, 2014:10), em seu trabalho sobre bolsas e bolsistas de produtividade (CNPq), apresenta dados indicando que as mulheres universitárias no Brasil compunham então 60% da graduação, 53% do mestrado, 47% do doutorado, 23% dos pesquisadores nível 1A no (CNPq). A diminuição progressiva do número de mulheres conforme maior o grau de especialização acadêmica leva à indagação do que faz as mulheres pararem no caminho. Trazendo tal questionamento para o campo da Antropologia e da Arqueologia, é possível pensar em uma série de fatores (não necessariamente exclusivos a estas disciplinas): maternidade, nichos de trabalho desvalorizados, assédio, silenciamento e invisibilização da produção.

Atreladas ao questionamento acerca da permanência de mulheres na universidade apontado por Guedes (2014), comecei a refletir também sobre outras duas questões: como a universidade recebe corpos femininos e feminizados? O que se espera da produção acadêmica desses corpos? Há, na academia, uma premissa dada a todos que a compõem: a de assimilação seguida de produção. Primeiro aprendemos as metodologias e técnicas científicas para, depois, aplicá-las em nossos projetos e, por fim, apresentar resultados. Os trabalhos que lemos durante nossa formação nada mais são do que os produtos finais desse processo, alguns mais conhecidos e conceituados (os clássicos!) que outros. Aqueles discursos construídos que forem legitimados pela comunidade acadêmica são promovidos ao *status* de verdade, ou consensualidade. Tal legitimação advém de uma análise objetiva (que passa por Teoria, Comprovação, Experiências, Sistematização, Método, Objeto, Técnica e Conhecimento) (BIDASECA, 2014), mas também carrega uma subjetividade coletiva que diz respeito à comunidade científica e seus marcadores que influenciam seus interesses. E quais são os interesses das mulheres pesquisadoras? São os mesmos dos homens pesquisadores? Estes interesses aparecem com a mesma importância, o mesmo destaque e a mesma credibilidade? Como são encorajadas (ou desencorajadas) as mulheres cientistas?

Djamila Ribeiro (RIBEIRO, 2013:7) apresenta que, filosoficamente, ao se pensar em linguagem, são atribuídos diferentes valores conforme o gênero. Inclusive, a partir de premissas desdobradas do próprio termo gênero, que a filósofa bem lembra não se tratar unicamente de mulher:

Ao se utilizar o termo gênero, a primeira associação que se faz comumente, é a ideia de que está falando de mulheres. Por que não se pensa no masculino, se este também é um gênero? [...] Na língua portuguesa, em muitos livros, utiliza-se a palavra Homem para designar humanidade. Se num grupo de várias mulheres estiver presente um homem, a flexão de gênero para designar essas pessoas será no masculino. Nesses exemplos evidenciam-se como desde o início da aprendizagem, as crianças internalizam valores acerca da questão de gênero [...] Entendendo linguagem como interpretação de mundo e estando numa sociedade patriarcal, a linguagem ensinará valores dentro de uma escala hierárquica, sendo que os bons, os mais prestigiados serão destinados àqueles que detêm o poder.

Sabemos então que a ciência não é neutra, apenas masculinista em sua raiz, posto que, mesmo com a presença de mulheres em sua composição, condiciona-as aos cânones ditados pela hegemonia masculina branca e colonial – onde a recusa de tais preceitos pode, inclusive, condicionar e ameaçar a permanência dessas mulheres na Academia. Assim sendo, como negar que o processo de valoração da produção se dá

também de forma desigual? E no que tange às vertentes do pensamento científico que se propõem a questionar as normatividades produzidas pela ocidentalidade? Como ficam a arqueologia e a antropologia nisso tudo?

O TSUNAMI MASCULINISTA: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A análise bibliométrica da produção arqueológica no que tange a questões de gênero e feminismo já tem sido abordada em outros países (vide VOSS, 2000) e aplicada também à realidade brasileira. Como apresentado em outros trabalhos (RIBEIRO *et al.*, 2017), a presença de arqueólogas na ‘comunidade arqueológica nacional’ é ligeiramente maior até do que a de arqueólogos. Isso, no entanto, não necessariamente se reflete no que diz respeito à valoração (ou circulação) das produções de cada um.

Trazendo para o contexto do curso de Antropologia com habilitação em Arqueologia na UFMG, procurei observar inicialmente se o número de mulheres matriculadas no curso⁶, bem como o número de professoras, é muito discrepante em relação ao número de homens. Como apresentado na tabela 1, é possível atestar que há uma equidade numérica entre homens e mulheres, tanto entre os estudantes, quanto no corpo docente.

Tabela 1 - Relação do nº de homens e mulheres no Curso de Antropologia da UFMG – Corpo discente e docente.

ALUNXS MATRICULADXS	F	M	PORCENTAGEM DE ALUNAS
185	94	91	50,81%
TOTAL DE PROFESSORXS	F	M	PORCENTAGEM DE PROFESSORAS
18	9	9	50%

Ora, se a parcela de mulheres produzindo a arqueologia no Brasil é superior à de homens, é de se pensar que a disseminação dessa produção se dê de forma minimamente igualitária. Temos na UFMG um curso equitativamente ocupado pela presença feminina, que, *a priori*, formará tanto arqueólogas/antropólogas quanto arqueólogos/antropólogos. Pode-se deduzir também que haveria uma distribuição de temáticas e referências que abarcassem tal realidade. Para ser uma mulher cientista, é plausível pensar que se deva espelhar em outras mulheres cientistas. Para tal, é preciso ter acesso a essa produção. Ao encontrar um número igual de mulheres e homens no departamento, é possível pensar que as alunas se sintam estimuladas a seguir a carreira acadêmica, posto que lidam diretamente com exemplos vivos de outras mulheres que possuem trajetórias bem-sucedidas na academia. No entanto, ao entrarem em contato com a produção acadêmica obrigatória, podem perceber uma disritmia: ainda que sejamos ensinadas por homens e mulheres, temos contanto com uma bibliografia que abrange majoritariamente apenas um desses pontos de vista no que se refere à teoria arqueológica e teoria antropológica. Tal afirmativa é observada na análise dos dados bibliométricos levantados (Tabela 2). Vale ressaltar que os dados foram levantados acerca da leitura obrigatória apresentada nas ementas de cada disciplina. As leituras complementares não foram contabilizadas. Foram consideradas apenas as autorias

⁶ Dados referentes à 2017/02.

principais dos textos e as repetições de autores foram contabilizadas, valendo o número de textos e não o de autores. Foi elaborada também uma lista contendo apenas o nome dos autores e das autoras, a fim de observar a variedade existente e as/os autores mais recorrentes.

Tabela 2 - Análise bibliométrica das matérias obrigatórias do curso de Antropologia da UFMG⁷.

MATÉRIA	TEXTOS DE AUTORES	TEXTOS DE AUTORAS	TOTAL DE TEXTOS	PORCENTAGEM DE AUTORAS
Cultura e Ambiente	14	05	19	26%
Introdução à Antropologia	14	02	16	12%
Fundamentos de Análise Sociológica	21	01	22	4%
Linguística Antropológica	13	02	15	13%
Introdução à Filosofia	10	00	10	0%
Patrimônio Cultural	13	10	23	43%
Antropologia Brasileira	09	09	18	50%
Arqueologia Brasileira	08	07	15	46%
Historia do Pensamento Antropológico	29	02	31	6%
Historia do Pensamento Arqueológico	18	01	19	5%
Elaboração de Projeto de Pesquisa	06	00	06	0%
Fundamentos de Pesquisa Etnográfica	29	12	41	29%
Simbolismo e ritual	20	09	29	31%
Ciência, Religião e Magia	16	05	21	23%
Métodos e técnicas de pesquisa arqueológica	05	01	06	16%
Arqueologia do Velho Mundo	07	00	07	0%
Arqueologia pré-histórica	10	02	12	16%
Organização Social e Parentesco	23	07	30	23%
Troca e Reciprocidade	22	07	29	24%
Arqueologia Americana	07	02	09	22%
Arqueologia Histórica	07	00	07	0%
Poder e Territorialidade	19	04	23	17%
Etnoarqueologia	15	07	22	31%
TOTAL: 23 MATÉRIAS	335	95	430	22%

Em um curso onde há uma quantidade equitativa de mulheres e homens, haver menos de ¼ da leitura obrigatória produzida por autoria principal de mulheres é, no mínimo, preocupante e sintomático. A construção social e histórica de ciência, como os números não me deixam mentir, tem mantido, mesmo com os esforços vivos de uma contracultura do apagamento, as relações de poder que se estendem ao longo de gerações e gerações de cientistas. Em apenas uma das disciplinas analisadas (Antropologia Brasileira) há uma carga de leitura de mulheres equivalente a de homens. Em quatro das disciplinas (Introdução à Filosofia, Elaboração de Projeto de Pesquisa, Arqueologia do Velho mundo e Arqueologia Histórica) não há nas referências bibliográficas obrigatórias textos de autoria principal de mulheres. Não me parece ser por acaso que essas sejam disciplinas de teoria clássica, que focam no chamado “conhecimento de base” para um fazer científico na área da arqueologia e antropologia. Voltamos à questão apontada anteriormente, da noção que se tem no senso comum patriarcal de que mulheres são inaptas para a produção da ‘ciência dura’ e, ao que indica, parece se perpetuar de forma não tão sutil quando colocamos as contas na ponta da caneta. Não imagino ser à toa, também, que a única disciplina com um número acima da média de autoras mulheres tenha sido elaborada e ministrada por uma das

⁷ As disciplinas estão agrupadas por semestre letivo, indicado pela diferença de cor.

professoras do departamento. Dando sequência às observações, a triste constatação de que, em 430 textos, apenas 95 são de autoria principal de mulheres parece fazer coro ao que tantas outras pesquisadoras feministas têm apontado: ainda não conseguimos virar a maré. Foi observado, além disso, que grande parte dos programas repete os mesmos autores em seus textos-base (os clássicos – Claude Levi-Strauss, Marcel Mauss, Radcliffe-Brown, Clifford Geertz), e que há casos onde os professores homens colocam textos de própria autoria na bibliografia obrigatória, ocorrendo em 20% das matérias ministradas por homens. Não há, todavia, ocorrência dessa prática entre as professoras mulheres, o que levanta ainda mais um questionamento: Porque não nos citamos? E mais ainda, porque repetimos os ‘clássicos’?

Ao contabilizar apenas os nomes das autorias principais, retirando as repetições de textos de uma mesma autoria, cheguei ao número de 189 homens e 57 mulheres (246 no total). Isso indica que 43% da bibliografia básica do curso é feita a partir de textos de autores e autoras já utilizados. O total de autoras citadas configura 40% da bibliografia feminina como repetição de autoras já apresentadas. Entre os homens há uma variabilidade maior, porém, uma também maior repetição: 44% dos textos são de autores já utilizados. Esses números demonstram como, além de escassa, a utilização da produção de mulheres também é menos diversa, variando entre menos de 60 autoras, enquanto a bibliografia masculina conta com quase 200 autores diferentes. Os autores mais citados tampouco são percebidos como aleatórios ou ocasionais: Claude Levi-Strauss, por exemplo, é o mais utilizado, possuindo 16 textos no total de indicações dos programas.

A questão da origem da produção também foi observada e reitera os padrões colonialistas antes apresentados. Dos 49 autores com mais de um título indicados na bibliografia geral, apenas 12 (24%) são de nacionalidade brasileira. Já entre as 16 autoras com mais de um título indicado, apenas 4 são estrangeiras, caracterizando 75% dessa produção como nacional. Observando a totalidade, foi possível constatar que, quando se tratam de homens, é mais utilizada a bibliografia estrangeira (122 autores com produção estrangeira e 67 autores com produção nacional), enquanto nas autoras mulheres há uma predominância da utilização de textos de origem nacional (42 autorias nacionais e 15 autorias estrangeiras)⁸. 73% da base de textos de autoria feminina é produzida no Brasil, enquanto apenas 35% da masculina também o é. Não pude deixar de me questionar se essa ocorrência se dá pelo fato de que preferiram intencionalmente trabalhar com autoras que abordam contextos e realidades brasileiras (uma opção política engajada e descolonial), ou se tais números demonstram apenas um desconhecimento de teoria clássica estrangeira produzida por mulheres (Os clássicos são tão europeus quanto são homens). A julgar pela preferência de autores homens estrangeiros, diria que a resposta deve se aproximar mais da segunda opção que da primeira. Reproduzimos, portanto, a partir do não-uso de literatura produzida por mulheres (sejam elas nacionais ou estrangeiras), a instituição acadêmica como elitista e estratificada (TOSI, 1998:397) no que tange à participação de corpos não-hegemônicos na divulgação e produção científica.

Tais Pagoto Bélo (BÉLO, 2014) fala sobre a memória social e como essa é variável e se constrói diferentemente a partir de fatores como gênero, etnicidade e classe, fazendo com que algumas coisas sejam sempre lembradas e outras não. É possível estender esse raciocínio para pessoas, além de coisas, e entender os programas das disciplinas como a materialização desses esquecimentos, que, por sua vez, constroem a

⁸ Dos 137 autores de bibliografia estrangeira apenas 6 não produzem na América do Norte ou na Europa, o que também demonstra a colonização do saber como localizada.

memória coletiva do curso e, ainda, das disciplinas. Antropologia e arqueologia, ao serem retratadas como majoritariamente constituídas por (e para) homens, apenas mantém o caráter masculinista da ciência e contribui para a manutenção de discursos hegemônicos existentes, bem como a não produção de narrativas extraviadas a essas ideologias.

Djamila Ribeiro mais uma vez apresenta uma argumentação que demonstra como a linguagem produz seus próprios vícios e justifica na retroalimentação (afirmativa que pode se estender para a ciência como um todo):

A língua portuguesa é uma língua totalizante do masculino. Algumas pessoas justificam essa totalização afirmando que isso é uma construção histórica e que não há nenhuma ideologia embutida por trás disso. Obviamente que historicamente as mulheres foram excluídas de vários espaços de poder, como a da Academia, da escrita. E isso resulta no modo como a gramática da língua portuguesa, por exemplo, foi feita. Porém, esse tipo de argumento também faz com que se caia em explicações tautológicas: sempre foi feito assim, então é assim que deve continuar sendo feito. Pois, como afirma Wittgenstein, a linguagem não é algo inerte e imutável, com regras determinadas. E não aceitar essas explicações tautológicas significa desconfiar dos valores e do 'mundo' criado para as mulheres decorrentes dos valores e essência atribuídos a elas. (RIBEIRO, 2013:27)

Faz-se necessário então colocar em prática os discursos contra hegemônicos, não apenas na própria produção acadêmica no que concerne a textos, artigos e livros. É preciso mudar, também, a forma de se enxergar a disciplina, como ela deve ser ensinada às gerações futuras, problematizada pelas gerações presentes e como foi construída nas gerações anteriores. É preciso quebrar o ciclo vicioso (que de tão naturalizado passa despercebido) e partir para as ações diretas e práticas de soluções para o problema que se encontra abaixo dos nossos narizes: queremos ensinar uma arqueologia/antropologia engajada, inclusiva e combativa, sem de fato fazê-lo ou mostrar o caminho por meio do exemplo. Edna Silva e Liliane Pinheiro (SILVA & PINHEIRO, 2008:11) apontam que “Os trabalhos citados em determinada área do conhecimento refletem as ideias defendidas na área e demonstram as teorias que balizam o campo científico”. Para mudar o rumo da correnteza, é preciso, portanto, navegar por outras aguagens.

O ENCONTRO DAS ÁGUAS: PROPOSTAS E RESISTÊNCIAS

O silenciamento demonstrado a partir da análise realizada pode não ter sido percebido com tanta veemência pelos docentes e discentes da Antropologia na UFMG antes de uma apresentação numérica, porém, não é justo nem verdadeiro afirmar que não têm ocorrido movimentações contrárias ao *status quo* que se instaurou ao longo dos oito anos de existência do curso. Como gotas no oceano, as e os estudantes se movimentam em tentativas (individuais ou coletivas) de mudar o fluxo das informações e das ideias, o fluxo da própria formação da graduação. Partindo dessas empreitadas, destaco aqui duas iniciativas encabeçadas pelo corpo discente do curso: a solicitação de disciplinas optativas novas ao departamento (por meio de votação guiada pelo Centro Acadêmico de Antropologia e Arqueologia – Cals) e a criação do Fórum de Diálogos.

A votação de disciplinas se deu por meio da plataforma virtual do Google enquetes, e contemplou os três grupos de optativas ofertadas pelo curso (Optativas de Antropologia e Arqueologia, optativas de Arqueologia e optativas de Antropologia),

obtendo os seguintes resultados⁹ apresentados nas tabelas 3, 4 e 5 (Porcentagens relativas a cada matéria, em relação ao total de alunos votantes):

Tabela 3 - Resultados da votação referente à solicitação de disciplinas do grupo Antropologia e Arqueologia.

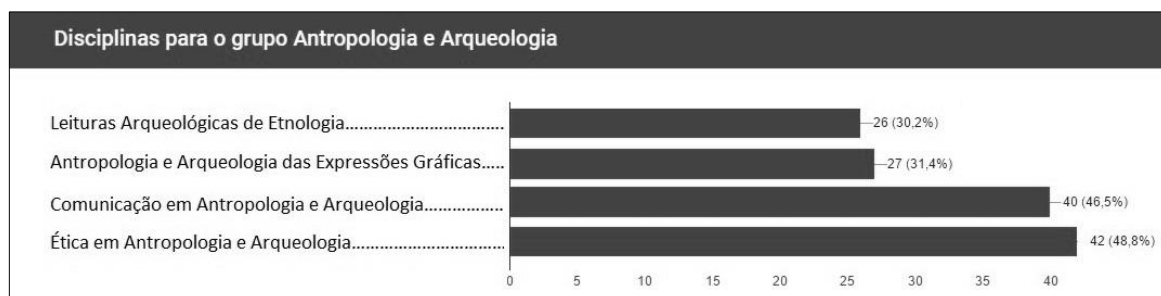
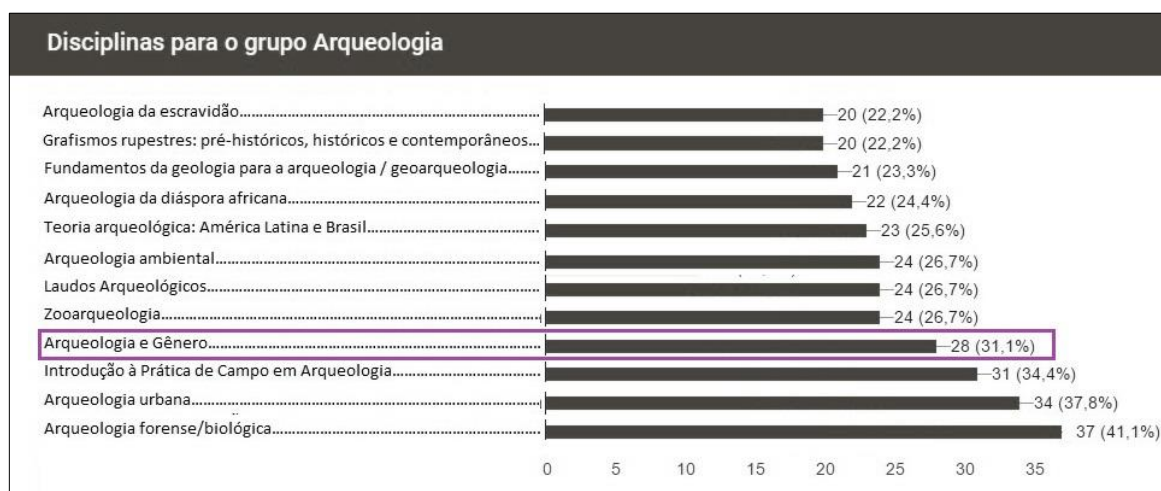
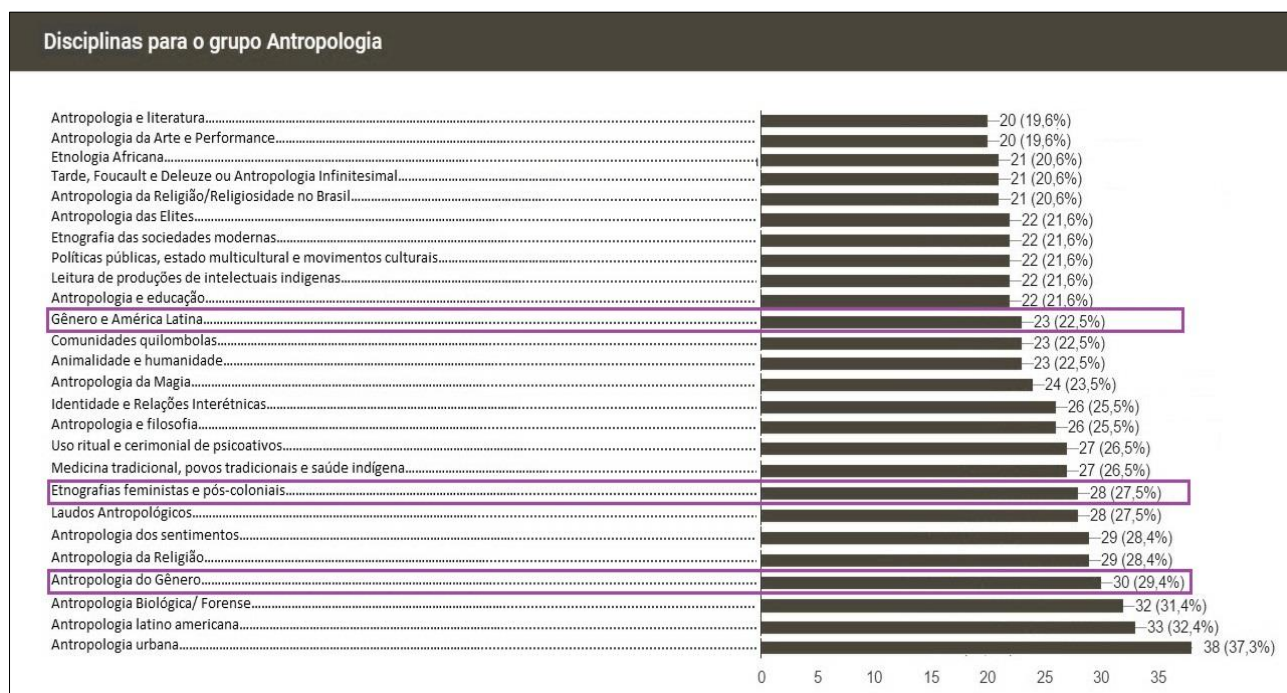


Tabela 4 - Resultados da votação referente à solicitação de disciplinas do grupo Arqueologia.



⁹ Tabelas produzidas pela Gestão do Centro Acadêmico de Antropologia e Arqueologia – Cals.

Tabela 5 - Resultados da votação referente à solicitação de disciplinas do grupo Antropologia.

Observando as tabelas, é possível perceber que questões de ética, estudos urbanos, latino-americanos, forenses e de gênero são os assuntos mais requisitados pelos discentes. Há uma diferença entre as demandas de arqueologia e de antropologia, onde se observa que a demanda por uma matéria específica de gênero aparece em diferentes graus de prioridade para as diferentes habilitações. A solicitação dessas matérias culminou na criação neste segundo semestre de 2017 de uma matéria de Arqueologia e Gênero, que agora integra o quadro de optativas disponíveis no curso.

O fórum de diálogos, por sua vez, possui uma configuração muito própria, definida por ele mesmo como sendo:

(...) um espaço que vem sendo construído, em conjunto, a partir de 2016 por discentes, docentes e técnicas do curso de antropologia. Recebe demandas, queixas, elogios, pautas, denúncias e sugestões que serão tratadas visando um diálogo entre as partes envolvidas e uma mediação das relações entre professorxs, alunxs e técnicas do curso. Além de servir como “plataforma” para receber e tratar de casos específicos, o fórum serve também para propor eventos em que se debata coletivamente temáticas relevantes, tanto para o curso, quanto para a vivência de quem frequenta a universidade, como, por exemplo, “Racismo na Universidade”. É importante ressaltar que o Fórum de Diálogos não é um espaço institucional e não tem como objetivo o julgamento nem a punição de ninguém, mas sim a abertura de soluções que visem o diálogo. Uma das prioridades do fórum é cuidar para que não exposição indevida das pessoas que a ele recorrerem.¹⁰

Até o momento da conclusão deste artigo, já haviam sido feitas quatro rodas de conversa temáticas, sendo elas: “Racismos na Universidade”, “Machismos na Universidade”, “Perspectivas e Relações Discentes e Docentes” e “Expressões do preconceito contra pessoas LGBT na universidade”. Uma mesa sobre “Maternidade na

¹⁰ Texto retirado do site <http://www.forumdedialogos.esy.es/> acesso em 30/08/2017

universidade” também foi pautada e aprovada como tema seguinte. A escolha das temáticas partiu da demanda de alunas e alunos do curso de graduação e também da pós-graduação em Antropologia da UFMG.

A existência desse espaço bem como as resistências apresentadas pelos discentes em manter inalterado o percurso acadêmico imposto pela grade obrigatória curricular demonstram uma insatisfação com os mecanismos arbitrários de reprodução do conhecimento hegemônico e colonial. Agentes conscientes dos nossos anseios, procuramos fazer do curso que nos deram o *nosso* curso, incluindo o máximo possível de “nós” nesse coletivo; aprendendo, na prática, como se dão as relações de poder e os tensionamentos causados pelas repressões e estratégias de resistência, o que me faz concordar com a perspectiva de Joan Scott (SCOTT, 1990:24) no que tange às incursões feministas à crítica da ciência:

A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas para velhas questões, redefinirá velhas questões em novos termos, tornará mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e a nossa própria terminologia. Além disso, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente sexo, mas também a classe e a raça.

Por fim, concluo que ainda há muita água por rolar. Em relação à ciência e às práticas feministas na discussão acadêmica, Loredana Ribeiro (RIBEIRO, 2017:4) fala que “No que se refere a desaprender para reaprender, feminismo e descolonialidade, ambos projetos igualmente políticos e epistemológicos, unem-se no compartilhamento dessa e outras metas.” Assim sendo, é preciso reestruturar o fazer científico aos moldes do que se propõe enquanto prática “não opressiva; não sexista, não racista, não machista e não colonialista.” (RIBEIRO, 2017:4). Para tal, precisamos ter coragem para beber de novas fontes, procurar outras nascentes, abrir leitos de novos rios, desaguar até mudar a água do mar, e, enquanto não houver espaço justo e representativo na ciência para todas e todos aqueles que a ela precisam ou queiram recorrer, há de ser buscar mudar por meio de novas estratégias (o mesmo do apontamento da manutenção de velhas estratégias), ainda que, lentamente, arduamente, gota a gota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. 2011. *Black Feminist Archaeology*. Left coast press.
- BÉLO, Tais Pagoto. 2014. Um estudo preliminar sobre Boudica e a memória coletiva britânica. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 11, p. 105-121.
- BIDASECA, Karina. 2014. Interseccionalidades e pós-colonialidade na diversidade de teorias e práticas no campo feminista. IV Seminário Internacional Política e Feminismo Seminário 30 anos Nepem UFMG. 10 a 13 de setembro. Belo Horizonte.
- CAFÉ, Ligia; BRASCHER, Marisa. 2008. Organização da informação e bibliometria. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência e Informação*, Florianópolis, n. esp., 1º sem.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. 2005. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese de doutorado, Feusp.
- CASTRO GUEDES, Moema. 2014. Bolsas e bolsistas de produtividade do CNPq: uma análise de gênero. *Anais eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia SNH*. Belo Horizonte.
- CONKEY, Margaret W & SPECTOR, Janet D. 1984. *Archaeology and the Study of Gender*. In: *Advances in Archaeological Method and Theory* Vol. 7 pp. 1-38.
- FRANCHETTO, Bruna. 1981. Antropologia e feminismo in: FRANCHETTO, B. et AL. (coords.) *Perspectivas antropológicas da mulher* (1). Rio de Janeiro: Zahar.
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cad. Pagu* (5), p.7-41.
- KELLER, Evelyn Fox. 1985. *Reflections on Gender and Science*. Yale University Press.
- LUGONES, María. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3):935-952.
- ORTNER, Sherry. 1979. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: ROSALDO, M.; LAMPHIRE, L.; (orgs) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- RIBEIRO, Djamila. 2013. Linguagem, gênero e filosofia: uma abordagem Wittgensteiniana. *La Plata, FAHCE-UNLP*. 23-33
- RIBEIRO, Loredana. 2017. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia SAB* 30 (1):210-234.
- RIBEIRO, Loredana; SILVA, Bruno. S. R.; SCHIMIDT, Sarah. K. S.; PASSOS, Lara. P. 2017. A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*. vol.25 no.3.
- SCOTT, Joan. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & realidade*. Vol.15, nº2, jul/dez.
- SILVA, Edna Lúcia; PINHEIRO, Liliane Vieira. 2008. A produção do conhecimento em Ciência da Informação: uma análise a partir dos artigos científicos publicados na área. *Intexto*. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-24, Jul./dez.
- SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. 2011. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. *Revista Labrys Estudos Feministas*, n 10, jul/dez.
- TARGINO, Maria das Graças. 2000. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 10, n. 2, p.1-7.
- TOSI, Lucía. 1998. Mulher e Ciência. *A Revolução Científica, a Caça às Bruxas e a Ciência Moderna*. *Cad. Pagu*, 10:369-397.
- VANTI, Nadia Aurora Peres. 2002. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.2, p. 152-162, maio./ago.

VOSS, Barbara L. 2000. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *World Archaeology*, Cambridge, v. 32, n. 2, p. 80-192.